

**Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa**

**The diplomatic agents of Portuguese Late Middle Ages (1431-1474): an elite at the service of the Crown**

**Les agents diplomatiques portugais du Moyen Âge Tardif (1431-1474): un service d'élite de la Couronne**

**Los agentes diplomáticos de la Baja Edad Media portuguesa (1431-1474): una élite al servicio de la Corona**

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho

Investigador do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade)

babo.dmmbm@gmail.com

**Resumo:** A aristocracia, o clero e os comerciantes desempenhavam um papel preponderante na Diplomacia. O protagonismo incidia no primeiro grupo: os nobres, diplomatas, elite de cultas e esclarecidas personalidades, que desempenhavam variados cargos nas diversas instâncias da administração central. Muitos ostentavam a dignidade de conselheiros e, por tal, eram omnipresentes no trato diplomático. Nos seus ofícios do dia-a-dia faziam carreira e aprimoravam competências ao longo dos anos, tornando-se, dessa forma, fiéis depositários de memórias e conhecedores dos mais imbrincados mecanismos dessas instâncias burocráticas. Alguns destes homens eram vultos fundamentais e indispensáveis tanto à Diplomacia como aos seus ofícios quotidianos, o que lhes permitia continuar ativos durante vários reinados, mesmo nos períodos mais conturbados da diacronia em estudo.

**Palavras-chave:** Elite; Idade Média; Diplomacia

**Abstract:** Aristocracy, clergy, and merchants played a leading role in Diplomacy. The leading role belongs to the first group: the nobles as educated and enlightened diplomats and personalities, who held various positions in various instances of central administration. Many held the dignity of counselors and, as such, were ubiquitous in their diplomatic treatment. In their day-to-day jobs they made a career and improved their skills over the years, becoming, therefore, faithful custodians of memories and knowledgeable of the most ingrained mechanisms of these bureaucratic instances. Some of these men were fundamental figures indispensable both to Diplomacy and to their daily offices, which allowed them to remain active during several reigns, even in the most troubled times of the diachrony under study

**Keywords:** Elite; middle Ages; Diplomacy

**Résumé:** L'aristocratie, le clergé et les marchands ont joué un rôle de premier plan dans la diplomatie. Le premier groupe était protagoniste. Les nobles, les diplomates, les personnalités instruites et éclairées d'élite ont tenu des positions diverses dans les instances de l'administration centrale. Beaucoup avaient la dignité de conseillers et, à ce titre, étaient omniprésents dans leur traitement diplomatique. Dans leurs emplois quotidiens, ils ont fait carrière et amélioré leurs compétences au fil des ans, devenant ainsi des gardiens fidèles des souvenirs et connaissant les mécanismes les plus enracinés de ces instances bureaucratiques. Certains de ces hommes étaient des figures fondamentales indispensables à la fois à la diplomatie et à leurs fonctions quotidiennes, ce qui permettait de rester actifs pendant plusieurs règnes, même dans les temps les plus troublés de la diachronie de cette étude.

**Mots clefs :** Élite; Moyen Âge; Diplomatie.

**Resumen**

La aristocracia, el clero y los comerciantes desempeñarán un papel preponderante en la Diplomacia. No obstante, el protagonismo incidía en el primer grupo: los nobles. Estos diplomáticos, élite de cultos y esclarecidos hombres, ejercieron variados cargos en los diversos departamentos de la administración pública. Muchos de ellos por servir a los reyes como sus consejeros marcarán presencia en el trato diplomático. De sus oficios regulares, en que hacían carrera, perfeccionaban competencias con el pasar de los años, convirtiéndose, así, en depositarios fieles de memorias y conocedores de los más intrincados

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

mecanismos de esas instancias burocráticas. Algunos de estos hombres fueron fundamentales y indispensables para la Diplomacia y sus oficios cotidianos, permitiéndoles transitar a través de los varios reinados, incluso en los períodos más conturbados de la diacronía en estudio.

**Palabras clave:** Elite; Edad Media; Diplomacia.

## 1. Introdução

O relativo interesse que a comunidade científica tem manifestado pela diplomacia medieval, nomeadamente no que respeita às missões e aos agentes diplomáticos, tem as suas origens entre as décadas de 1940 e 1960 (Cuttino, 1940; Hill, 1961; Queller, 1967). De lá para cá a importância atribuída à temática tem-se generalizado, como é possível observar nos vários colóquios internacionais dedicados ao assunto, bem como em publicações científicas, tanto em artigos de revista como em teses académicas (Beceiro Pita, 1994:441-455; Olivera Serrano, 1995: 463-488; Beceiro Pita, 1997: 1735-1744; Lowe, 2007: 101-129; Beceiro Pita, 2009: 193-228; Péquignot, 2009; Cañas Gálvez, 2010: 691-722; Villarroel Gonzáles, 2010: 791-819; Péquignot, 2011: 47-66; Villanueva Morte, 2015: 143-166; Moeglin et al., 2017).

Em Portugal, embora desde os anos de 1980 e 1990 se venha insistindo na necessidade de preencher esta lacuna historiográfica, nomeadamente no que diz respeito às questões associadas aos agentes diplomáticos e às embaixadas (Baquero, 1989; Mendonça, 1994), só a partir da década de 2010 se tem vindo a inverter esse ciclo (Branco et al., 2011: 231-259, Lalanda, 1989).

Os trabalhos de Margarida Lalanda, Mário Farelo, Maria Alice Santos e Duarte de Babo Marinho, e os encontros científicos que se realizaram em Évora<sup>1</sup>, são exemplos de uma maior atenção historiográfica relacionada com a questão em apreço.

É na sequência da linha de investigação dos autores acima citados que este artigo se insere; mas não só. Ao centrar-se no estudo dos diplomatas portugueses ao serviço da Dinastia de Avis, mais concretamente entre os anos de 1431-1474, este texto enquadra-se no estudo das elites (Barata, 2001) ao serviço da Coroa. Metodologicamente, temos como suporte a prosopografia: método de trabalho que conta com algumas décadas de

---

<sup>1</sup> Apesar de ainda não terem sido publicadas as actas dos encontros científicos que mencionámos, deixámos as indicações referentes aos mesmos: Colóquio Internacional *Corte e Diplomacia na Península Ibérica (séculos XIII-XVIII)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 13-14 de julho de 2016. Encontro Internacional *Comunicação política e diplomacia no final da Idade Média*. Universidade de Évora, 17-18 de novembro de 2016. *Splendid Encounters VI. Correspondence and Information Exchange in Diplomacy (1300-1750)*. Universidade Nova de Lisboa, 28-30 de setembro de 2017.

tradição em Portugal e que tem como principal dinamizador Armando Luís de Carvalho Homem. Este historiador, entre as décadas de 1980 a 2010, orientou inúmeros trabalhos académicos acerca das *elites* ligadas ao poder régio (Freitas, 1999: vol. 1, 7, n. 22 e 23; Marinho (2017: vol. 1, 66-69).

O conceito de elite tem vindo a ser trabalhado pela Historiografia europeia e portuguesa sobretudo nas últimas décadas, destacando-se um esforço de teorização para diferentes épocas históricas; sendo de sublinhar diferenças de abordagem no interior de cada uma delas. Essas diferenças são observáveis, entre outros aspetos, nos limites cronológicos e nos espaços geográficos destacados. Assim, no que respeita à baixa Idade Média, o termo elite aponta para um conjunto de personalidades heterogéneas, cujas características distintas não influenciam uma coesão absoluta, ficando, assim, desautorizada a afirmação da existência de um grupo institucionalizado. Deste modo, resultaria anacrónico, para esta época, falar em corpo diplomático ou em diplomacia e de diplomatas enquanto realidade concreta e não *ad hoc*.

Saliente-se que, na Idade Média, apesar da importância política destes doutos homens, todos eles exerciam os ofícios diplomáticos de forma *ad hoc*, uma vez que naquela cronologia a diplomacia não simbolizava uma saída profissional. Ser-se diplomata significava exercer um ofício esporádico, o que contrastava com as demais atividades profissionais ligadas à Administração Régia. Porém, numa espécie de contraciclo, o caso italiano destacou-se pela novidade da sua representação externa, e entidades como a Santa Sé, Génova, entre outras, desenvolveram os primeiros vestígios do que viria a ser a Diplomacia Moderna (Magalhães, 2005: 47-66; Lazzarini, 2015). Ainda assim, e apesar do exposto, não se pode afirmar que os diplomatas de finais da Idade Média não fossem competentes. Muito pelo contrário. Somente os indivíduos considerados mais adequados eram chamados para representar o reino no estrangeiro, o que implicava uma óbvia seletividade baseada em rígidos critérios (Santos, 2015; Marinho, 2017).

A lista das missões diplomáticas e dos embaixadores portugueses correspondentes a este período encontra-se parcialmente sistematizada na tese de doutoramento de Duarte de Babo Marinho. Com base nesse trabalho, e em pesquisa complementar, foi possível, num primeiro momento, identificar os nomes dos diplomatas e, num segundo momento, recolher e sistematizar os dados referentes a esses homens.

Apurados os nomes dos diplomatas e os dados biográficos, foi-nos possível elaborar um catálogo prosopográfico, caracterizado por uma série de fichas individuais que partem de um prévio questionário, destinado a traçar o perfil coletivo dos homens que compõem uma determinada micro-sociedade, seguindo metodologia já comprovada (Monteiro *et al.*, 2010: 22-29; Moeglin *et al.*, 2017; Marinho, 2017: vol. 1, 80-111), tendo em consideração três dimensões, que convergem com o pensamento de Pareto: origens sociais; instâncias onde eram recrutados; e qualificações académicas e culturais (Pareto, 1974: 131).

No que respeita às fontes, recolhemos uma grande variedade de dados provenientes de documentação manuscrita e publicada, tendo a pesquisa sido dividida em duas fases: a primeira com o intuito de identificar os diplomatas portugueses; a segunda com a finalidade de reconstruir as suas trajetórias individuais e enquadramentos sociais.

Na primeira fase consultamos, essencialmente, os tratados, os salvo-condutos, as instruções, as procurações, a correspondência trocada em os embaixadores e os reis, os diários de viagem e as crónicas (estas últimas, frequentemente, traduzem o programa político promovido pela Coroa, sendo disso exemplo a cronística de Fernão Lopes)<sup>2</sup>. Esta variada tipologia documental, além de permitir identificar os homens, possibilita quantificar e compreender as missões diplomáticas, devido a conservarem uma certa abundância de dados a respeito dos contextos históricos em que elas se inseriram. Quanto à segunda fase de pesquisa documental as tipologias privilegiadas foram: as chancelarias régias de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e de D. João II, bem como alguns traslados testamentários, documentos de ordens militares, nobiliários e crónicas<sup>3</sup>. Os dados daí extraídos permitiram o preenchimento das fichas prosopográficas para, assim, se compreender as trajetórias individuais e os enquadramentos sociais de cada um dos diplomatas que identificámos.

---

<sup>2</sup> Alguns dados acerca deste assunto podem-se encontrar em Biblioteca Pública de Évora (BPE), *Fundo Manizola*, cód. 177. Santarém (1842-1860, vols. 1, 3, 10 e 14), Rego [*Org.*] (1960-1977) e em Marinho (2017, vol. 1: 47-51), onde se debate a importância de diversos fundos documentais.

<sup>3</sup> Entre outras veja-se Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Afonso V*; *Chancelaria de D. João II*; *Casa dos Condes da Sortelha e Senhores de Góis*; e *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima*.

## 2. Composição social dos diplomatas portugueses tardo-medievais

Para o estudo do tema em apreço, o estatuto social trata-se de uma questão essencial. Com base nessas circunstâncias podem-se encontrar algumas explicações para a nomeação de um número considerável dos 111 diplomatas que serviram Portugal entre 1431-1474. Desse conjunto de homens identificamos 71 nobres, 17 clérigos e 23 desconhecidos, sendo que, pelo menos, cinco deles tinham atividades relacionadas com o comércio (Marinho, 2017: vol. 1, 89).

A consulta de uma grande variedade documental permitiu-nos apurar que a nobreza continua, de facto, a ocupar um lugar de primeiro plano no que respeita à representação diplomática do reino, à semelhança do que acontecia, por exemplo, no reinado de D. João I ou de D. Afonso IV, se quisermos recuar um pouco mais na cronologia e como comprova o estudo de Margarida Lalanda. Esta situação tem maior visibilidade sempre que o destino é um reino cristão da Península Ibérica, particularmente Castela, como defende Duarte de Babo Marinho (Lalanda, 1989: 141; Santos, 2015; Marinho, 2017: vol. 1, 94-98, 170-184).

Entre os membros da aristocracia que serviu a Diplomacia do século XV português encontramos alguns associados à alta nobreza de Corte. Temos, portanto, nomes como: D. Afonso (4º conde de Ourém), Álvaro Gonçalves de Ataíde (1º conde de Atouguia); João Fernandes da Silveira (1º barão do Alveito), Leonel de Lima (1º visconde de Vila Nova de Cerveira), Lopo de Albuquerque (1º conde de Penamacor), Lopo de Almeida (1º conde de Abrantes), Martinho de Ataíde (2º conde de Atouguia) e Nuno Martins da Silveira (rico-homem) (Marinho, 2017: vol. 1, 94-98, 170-184, fichas prosopográficas 1, 5, 21, 25, 27, 28, 38 e 41).

Subsistem dois motivos que podem explicar a associação destes homens à representação externa do reino. Primeiramente temos o prestígio que conferiam às missões, por serem homens de boa linhagem e “*gentileza*”. Esta *gentileza* é sinónima de linhagem, saber, bondade, costumes e manhas, como se comprova nas Ordenações Afonsinas (vol. 1, tít. 63). Estes adjetivos compunham os predicativos base da Nobreza, como também refletiam alguns dos critérios-base usados pela Coroa na altura de nomear os seus representantes diplomáticos, quer o objeto da missão fosse um reino cristão da Península Ibérica, ou em qualquer outra região (Costa, 1984; Marques, 1987: 247; Marinho, 2017: vol. 1, 73, 94-97, 178-179).

Em segundo lugar temos a questão dos exilados políticos oriundos deste grupo, cujos reflexos principais se faziam sentir no espaço ibérico. Apesar de não dispormos de dados suficientes para aprofundar esta questão, estamos convictos da necessidade de levantar a questão e de a aprofundar futuramente. Tal necessidade deve-se ao facto de estarmos na presença de um fator decisivo no incremento de canais políticos, ou pelo menos, num primeiro momento, de entendimentos e alianças sociais que poderiam compor a base de negociações políticas a jusante, nomeadamente com Castela<sup>4</sup>, como se pode constatar numa carta de D. João II ao duque de Alba:

*“Fazemos vos saber que nos mandamos ora a Pero da Cunha Coutinho que se vaa fora de nossos [...] E porque Ruy de Sousa seu sogro senhor de Sagres do nosso comselho [...] nos disse como elle folgaria muyto de o dicto Pero da Cunha estar em vossas terras ou cassa [...] nos pedia que per nossa carta vos noteficassemos acerca dello nossa teemçam.”*<sup>5</sup>

O Clero surge como o segundo com maior expressividade na diplomacia quatrocentista portuguesa, fazendo-se representar por intermédio de homens provenientes dos vários níveis da sua hierarquia. De vários exemplos que se podem apontar, temos o caso de Estêvão Afonso Velho, frei dominicano e confessor do infante D. Henrique; Gabriel Lourenço, capelão da rainha D. Leonor, de quem tinha uma grande proximidade; D. Jorge da Costa, que ao longo da sua vida ascendeu a importantes lugares na hierarquia da Igreja: padre, bispo de Évora, arcebispo de Braga e Lisboa e cardeal, beneficiando, obviamente, do patrocínio régio; Lourenço Vasques de Elvas, frei dominicano e comendatário de Pombeiro; e D. Luís Pires, que além de ter sido capelão de D. Duarte e capelão-mor de D. Afonso V, também aparece referido como arcediogo em Lisboa, bispo Silves, do Porto e de Évora, e arcebispo de Braga (Marinho, 2017: vol. 1, 90-94, 182-200 e vol. 2).

A presença destes homens na Diplomacia não é uma novidade, nem tão-pouco um

---

<sup>4</sup> Ao longo das décadas de 1980 e 1990 esta questão tem sido abordada, principalmente em Baquero Moreno (1986: 69-101; 1990; e 1999: 93-103) e em Marques (1989: 177-194).

<sup>5</sup> Trata-se de um documento publicado por Faria (2015: 81-82), presente em Madrid, *Archivo Ducal de Alba*, cx. 1, nº 53.

caso único das missões portuguesas. A sua presença justifica-se devido a vários fatores: fortes ligações à Corte; autoridade moral e espiritual; capacidade de oratória; e sólidos conhecimentos teológicos e jurídicos, o que lhe conferia uma competência técnica indiscutível (Villarrol González, 2010: 791-819; Vigil Montes, 2016: 129-146)<sup>6</sup>. Por tais motivos, não nos restam dúvidas que se tratam de uma elite que se destaca, e que comprovam a importância que a Igreja tinha no panorama diplomático português Quatrocentista (Marques, 1987: 223-224; Freitas, 1999: vol. 1, 223-228; Araújo, 2009; Branco *et al.*, 2011: 238).

Estes homens, além de serem próximos e desfrutarem da confiança dos monarcas para executarem missões diplomáticas (Duarte, 1989, 554; Sousa, 1995, 423-440), encontravam-se inseridos num vasto grupo que cruzava as fronteiras externas do reino; o que permitia à Coroa aproveitar essas numerosas redes de contacto (Branco *et al.*, 2011: 243 e 248). Deste modo, compreende-se o peso e a importância política dos clérigos; importância refletida em cerca de 30 missões diplomáticas detetadas entre 1431 e 1474.

Desses contactos, a Santa Sé destaca-se claramente com o acolhimento de 16 missões (Marinho, 2017: vol. 2)<sup>7</sup>, Castela com seis, a Coroa de Aragão com cinco, Inglaterra com quatro e a França com uma Marinho (2017: vol. 2)<sup>8</sup>.

Face aos dados expostos, registámos que uma parte considerável dos diplomatas-clérigos estavam reservados aos negócios bilaterais com a Santa Sé, o que se torna completamente compreensível no quadro da sua condição social e formação académica. Não obstante, nas missões enviadas a outros espaços políticos tinham como incumbência discutir questões de domínio religioso; sendo as missões patrocinadas pelo infante D. Henrique exemplo disso Marinho (2017: vol. 2)<sup>9</sup>.

A Diplomacia também contava com outro grupo bastante importante: os indivíduos ligados à atividade comercial, e que muitas vezes podiam ser nobres, como é o caso de Leonel de Lima (Marinho, 2017: vol. 2, fichas prosopográficas 5, 19, 25, 28 e 39). De facto, a atividade mercantil proporcionava a esses homens uma grande itinerância

---

<sup>6</sup> A respeito do caso português vd. Marinho (2017, vol. 2), fichas prosopográficas 8, 10, 14, 17, 21, 24, 29, 31, 39, 43, 44a, 46, 48 e 49.

<sup>7</sup> Cf. anexo 2B, nº 1, 2, 10, 16, 44, 48, 54, 58, 69, 73, 79, 83, 88, 105, 113 e 148.

<sup>8</sup> Cf. Santa Sé: Anexo 2B, nº 1, 2, 26, 27, 31, 34, 43, 45, 51, 52, 54, 55, 58, 62, 63 e 77. Castela: Anexo 2A, nº 27, 31, 42, 44, 52 e 61. Coroa de Aragão: Anexo 2ª, nº 39, 42, 49, 50 e 51. Inglaterra: Anexo 2B, nº 6, 15, 18 e 74. França: Anexo 2B, nº 46.

<sup>9</sup> Anexo 2a, nº 27 e 47 e Anexo 2B, nº 27 e 38.

geográfica, a criação de vastas redes de contactos que os mantinha a par das realidades políticas e sociais dos locais por onde passavam (Miranda, 2012: 180-209; Péquignot, 2009: 110). Deste modo, é compreensível que os homens ligados ao comércio fossem captados, inúmeras vezes, pela Coroa de forma a representá-la internacionalmente, não só para mediar o relacionamento bilateral do reino com outro congénere, mas também para o transporte de missivas diplomáticas (aproveitando, assim, as suas rotas marítimas e as suas redes de conhecimentos nos locais de destino). Esta realidade converge com o que Bernard Guenée apontou acerca deste grupo: desde os finais do século XIV, e ao longo de toda a centúria de XV, os mercadores ganharam um papel relativamente importante no palco da Diplomacia Internacional (Guenée, 1981: 215).

Exemplos da realidade focada por Guenée não faltam na História de Portugal (Lalanda; 1989; Marinho, 2017: vol. 2, anexos 2A, nº 21 e 2B, nº 65 e 69). Entre vários exemplos, o caso mais célebre é o de Afonso Martins Alho, e do seu importante contributo para a assinatura do tratado de Windsor (Fonseca, 1986). Mas, além da atividade diplomática deste homem, temos outros casos como, por exemplo, o de João da Barca, mercador e “*apresentador*”<sup>10</sup> do infante D. Fernando (*O Santo*). Destacámos a atividade deste homem em particular por ter chefiado duas importantes missões diplomáticas, em 1441: uma a Granada e outra a Marrocos, estando ambas relacionadas com as tentativas para a libertação do referido infante Dinis (1960-1974: vol. 6, doc. 52; Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 19 e Anexo 2A, nº 21).

### **3. Formação, grau cultural e intelectual**

As habilitações académicas e culturais (a par dos dotes de oratória, de uma boa capacidade intelectual e psicológica) são questões importantes para o estudo da Diplomacia medieval Santarém (1842-1860: vol.14, 197; Péquignot, 2008, 34; Gilli, 2016, 6-8). Prova disso é o grande impacto que os “letrados” tiveram neste campo, nomeadamente por intermédio dos seus pareceres, principalmente a partir dos finais do século XIV e ao longo de toda a centúria de Quatrocentos. Esta realidade não se verificou apenas em Portugal, mas também noutras regiões, como por exemplo: Castela, Navarra,

---

<sup>10</sup> Este ofício poderá tratar-se de uma má transcrição da palavra *Aposentador*. Sobre a sua definição vd. *Ordenações Afonsinas* em Costa (1984, vol. 1, tít. 61: 348-350).

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

França e Borgonha (Ramirez Vaquero, 2005; Péquignot, 2009; Cañas Gálvez, 2010: 682-722; Ramos, 2015: 23-36).

Dos vários exemplos internacionais que poderiam ser apontados, salientámos um caso em particular: o de Jean Jouffroy, embaixador borgonhês enviado a Portugal na sequência da morte do Infante D. Pedro, na batalha de Alfarrobeira (1449) (Ramos, 2006: 52-59).

Observando os discursos que proferiu na Corte de D. Afonso V e vendo a lista bibliográfica da sua biblioteca pessoal, facilmente se constata que este diplomata, à semelhança de outros do seu tempo, tinha uma elevada intelectualidade e formação. Com estes elementos conclui-se que se tratava de um homem com conhecimentos em múltiplos domínios do saber (essenciais à Diplomacia), entre eles: o Direito, a Teologia, a Patrística, a Literatura, a Filosofia e a História (Marinho, 2017: vol. 1, 207).

No caso português, detetámos uma situação bastante semelhante. Os “letrados” passaram a destacar-se como figuras de proa, alcançando um prestígio cada vez mais acentuado, tanto na Burocracia Régia, onde as suas competências eram avaliadas, como no desempenho uma missão diplomática<sup>11</sup>. A presença destes homens ao serviço dos monarcas oferecia profissionais competentes, altamente habilitados e fiéis, essenciais ao bom funcionalismo régio, como lembra António Manuel Hespanha<sup>12</sup>, e como se pode comprovar na Carta de Bruges, da autoria do infante D. Pedro:

*«seguyria que uos acharieis letrados pera offiçiaes de Justiça, e quando algus uos desaprouuesem tereis donde tomar outros, e eles tendo sse do que poderja acontecer serujrião melhor e com mais diligência e destes uerião bons beneficiados que serão bons electores»*  
Duarte (1982: 29).

---

<sup>11</sup> Ao lermos Armindo de Sousa (1990, vol. 2), deparámo-nos com constantes apelos dos procurados concelhos para que os oficiais régios, que ocupavam lugares na Administração Central e Local, fossem letrados. Vd., também, Guenée (1981: 179-181) e Autrand (2002: 48).

<sup>12</sup> Acerca deste assunto veja-se os “capítulos gerais das Cortes celebradas entre 1385 e 1490”, onde este tipo questões são frequentemente debatidas. Cf. Sousa (1990, vol. 2: 223-499); Hespanha (1982: 345).

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

Lendo o texto de Bernard du Rosier l'*Ambaxiatorum brevilogus* (1427-1433)<sup>13</sup>, também se constata que a mesma exigência se aplicava aos agentes diplomáticos. Os trabalhos de Alice Santos e de Duarte Babo vêm comprovar que essa necessidade passou, efetivamente, da teoria à prática, tendo em consideração a grande prevalência de indivíduos com qualificações académicas e culturais associados à representação externa do reino (Santos, 2015; Marinho, 2017: vol. 2)<sup>14</sup>.

O Direito e a Teologia eram áreas do saber importantes não só pelo carácter jurídico associado à Diplomacia, mas também por esta se encontrar alicerçada nas teorias de alguns dos mais proeminentes filósofos. Entre esses doutos intelectuais destacam-se Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, homens cujos pensamentos aparecem mencionados em alguns documentos relacionados com embaixadas e tratados. A título de exemplo vejam-se as linhas iniciais do documento retificativo do tratado de Medina del Campo (1431) e os discursos do já mencionado deão de Vergy, onde se pode encontrar alguns reflexos da importância atribuída às antigas autoridades, das quais a Diplomacia se socorria frequentemente para fundamentar as suas teorias e modos de atuação (Ramos, 2006: 105 e ss; Marinho, 2015: 90, n. 35).

O conhecimento de línguas também era de grande utilidade: partir numa embaixada obrigava à necessidade de compreender e de se fazer compreender perante homens que não falavam a mesma língua. Desta forma, o domínio de idiomas era fundamental, nomeadamente o latim, que se revestia de especial imprescindível nas missões à cúria papal, às regiões do norte da Europa e aos reinos muçulmanos. Contudo, e apesar de frequentemente os agentes diplomáticos dominarem línguas estrangeiras, a presença de intérpretes não era dispensada (Péquignot, 2009: 217-221).

#### **4. Instâncias de recrutamento**

No que diz respeito às estratégias de recrutamento de diplomatas, como se referiu, dava-se importância a um bom currículo académico e social. Contudo, havia outros aspetos a ponderar. Os conhecimentos da situação política do momento, dentro e fora do

---

<sup>13</sup> Bibliothèque National de France (BNF), *Mss Lat 6020*, fl. 45v-46, onde o autor indica as matérias a tratar (após uma breve introdução no fl. 45), que se encontram desenvolvidas nos fólios seguintes: 46-66.

<sup>14</sup> Cf. fichas prosopográficas 8, 10, 17, 21, 29, 39, 43, 44a, 46, 48 e 49 para os casos relacionados com as formações na área do Direito; e fichas prosopográficas 14, 24 e 31 para os casos relacionados com a Teologia.

reino, e a forma como os indivíduos os refletiam também eram tidos em apreço. A estes aspetos há que juntar as competências na área das leis, da justiça e das línguas, nomeadamente o latim, idioma de maior difusão naquele tempo. Mas, foquemo-nos nas atividades profissionais que a maioria dos diplomatas desempenhavam na altura em que eram nomeados para uma missão diplomática.

Era no funcionalismo régio que se construíam as verdadeiras carreiras ‘profissionais’, embora umas fossem mais longas que outras. Era nesses organismos públicos que uma parte dos futuros diplomatas aperfeiçoava as suas aptidões técnicas, adquirindo, assim, renome como profissionais hábeis e capazes de executarem as inúmeras tarefas de elevada responsabilidade que lhes pudessem ser atribuídas. Alguns desses homens, após darem provas do seu grande profissionalismo, conseguiam que o poder régio os encarasse como ideais para integrarem uma embaixada (Freitas, 1999: vol.1, 180; Marinho, 2017: vol. 1: 322-325).

Estes homens eram os melhores entre os melhores e a sua escolha recaía num amplo conjunto de opções estratégicas muito bem ponderadas por parte da Coroa. Mas, esta aturada seleção de diplomatas, além de revelar estratégias também salienta a inexistência de um departamento dedicado exclusivamente àquilo que atualmente apelidamos de Política Externa.

Não estranhámos que em virtude das profundas lacunas apontadas, o rei(no) se visse forçado a procurar uma massa crítica e qualificada nos vários departamentos da Administração Central. Desta forma, a Coroa fazia-se representar internacionalmente pelos mais ilustres oficiais régios. O destaque cabia aos homens do Conselho Régio (31%), seguidos dos da Câmara (25%) e dos magistrados dos tribunais superiores (24%) (Marinho, 2017: vol. 1, 328).

Estes dados refletem não só as necessidades do poder régio, mas também as qualificações técnicas exigidas a esses homens, para um bom desempenho diplomático. Neste *entourage* encontram-se nomes como o de Álvaro Pires Vieira, indivíduo que apresentou ligações ao Conselho, à Casa da Suplicação e à Casa do Cível (Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 8). Diogo da Fonseca, conselheiro régio, que ao longo da sua atividade, ao serviço da Coroa, exerceu variadas funções associadas à Casa da Suplicação, à Casa do Cível e à Chancelaria (Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 10). O frei Gil Lobo de Tavira surge ligado à Câmara Régia até 1449, tendo sido confessor de três

reis: D. João I, D. Duarte e D. Afonso V (e mestre deste último) (Dionísio, 2001-2002: 491-515; Marinho, 2017: vol. 1, 189-190, nota 780). Por sua vez, Gomes Eanes, além de copeiro do infante D. Henrique, exerceu funções na Casa do Cível, na qualidade de Desembargador Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 17). O 1º barão de Alvito, D. João Fernandes da Silveira, desempenhou funções de desembargador das petições, vice-chanceler e chanceler-mor interino, no lugar de D. Fernando da Guerra (1443-1444); após ocupar aqueles cargos, é indicado como chanceler da Casa do Cível (1445-1463), e daí transitou para a Casa da Suplicação, onde permaneceu até 1473 (Marinho, 2017: vol. 2, ficha prosopográfica 21). Quanto a Lopo de Albuquerque, 1º conde de Penamacor, a documentação aponta que, em outubro de 1463, exercia o ofício de guarda-roupa do rei e que entre 1464-1481 fosse seu camareiro-mor Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 27). As referências acerca de Nuno Martins da Silveira, rico-homem, levam-nos a considerar que exerceu o ofício de escrivão da Puridade do infante D. Duarte, durante o tempo em que este esteve associado ao trono (1415-1431); além deste ofício também serviu a Coroa como escrivão da Puridade, vedor-mor das obras e resíduos (1415-1454/1455), vedor-mor das obras das comarcas de Entre-Tejo-e-Guadiana, Estremadura, do reino do Algarve e do castelo de Lisboa Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 42). Quanto a Rui Galvão encontrámo-lo associado ao exercício de vários ofícios: escrivão da Câmara Real (1426-1459), secretário régio (1428-1459), e escrivão da Puridade do rei D. Afonso V (possivelmente entre 1438-1459); além destas funções, ligadas à redação, também foi investido da dignidade de conselheiro régio, entre 1433-1459 Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 47). Por fim, temos ainda o exemplo de Vasco Fernandes de Lucena; este homem fez parte da Casa da Suplicação, onde foi desembargador dos agravos (1433-1479). Mais tarde surge investido como chanceler da Casa do Cível, mais concretamente entre 1481-1497 Marinho (2017: vol. 2, ficha prosopográfica 49).

A presença de indivíduos provenientes da área da Justiça, nas missões diplomáticas, reflete muito bem o prestígio social que gozavam, em resultado dessas funções (Homem, 1999: 111-130; Duarte, 1999: 139; Homem, 2009). Em contrapartida, deixa bem vincada a questão da formação na área do Direito e da eloquência jurídica, que desde o século XIV passaram a assumir maior relevância ao nível das negociações internacionais (Autrand, 1969: 292). Sendo assim, compreende-se a necessidade de a

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

Coroa se secundar, a este nível diplomacia medieval, de uma camada social nobre e, consideravelmente, qualificada universitária e culturalmente Marinho (2017: vol. 2).

Contudo, também os homens captados na Câmara e no Conselho Régio revelaram-se determinantes para Portugal, e de igual forma para as restantes entidades políticas da Europa baixo-medieval (Beceiro Pita, 1999: 86; Ramírez Vaquero, 2005: 397; Nogales Rincón, 2012: 139). A importância dada a estas pessoas, nomeadamente os conselheiros, transparece uma maior acuidade, em destacar “a questão do saber de experiência feito, tão necessário às atividades de aconselhamento e aos cargos de supervisão política” (Freitas, 2000: 117). Estes homens eram fiéis depositários da confiança régia, pela proximidade que tinham ao monarca, o que lhes proporcionava um grande conhecimento dos ‘negócios de Estado’, nomeadamente os de carácter político-diplomático (Freitas, 2000: 111; Homem, 2015: 1061-1074). Esta tradição que vinha desde o reinado de D. Afonso III (Caetano, 2000: 311), e os seus desfechos podem ser observados em inúmeros eventos internacionais, onde os representantes diplomáticos portugueses dessa altura marcaram presença (Homem, 1990: 9-68; Ventura, 1992: vol. 1, 55 e ss; Gomes, 2012: 147-174).

Frequentemente, alguns destes homens encontravam-se relacionados com múltiplos organismos da Cúria Régia, como nos recorda Duarte de Babo. Este autor, no seu trabalho acerca dos diplomatas enviados por Portugal aos reinos ibéricos, comprova a existência de uma circulação de oficiais régios entre as diversas instituições da Administração Central baixo-medieval portuguesa (Marinho, 2017: vol. 1: 326-329). Itinerâncias deste género proporcionavam a estes homens, independentemente da sua experiência curricular, uma aprendizagem contínua, que incidiria sobre múltiplos aspetos, desde o político-social ao económico, entre outros (Vaz, 1995: vol. I, 98-99).

Assim sendo, temos o exemplo da Chancelaria Régia. Este organismo a partir do século XV passou a ter uma importância destacada em matérias de índole burocrática, tanto a nível nacional como internacional (Freitas, 2012: 23, 148, 172 e 177); e, como nos recorda Conde de Tovar, era a este órgão que estava confiada a responsabilidade de salvaguardar a correspondência portuguesa trocada com outros Estados (Tovar, 1990, doc. 3: 161-164; Freitas, 2012: 148).

### **Considerações finais**

Como vimos, frequentemente, a Coroa fazia-se representar internacionalmente por intermédio de homens que, no geral, contavam com “longas” carreiras, associadas aos mais variados ofícios públicos. Tratavam-se de indivíduos de diversas origens e dotados de conhecimentos específicos, em áreas específicas, o que permitia e justificava a sua escolha repetida escolha, nomeadamente pela sua participação em inúmeras viagens diplomáticas anteriores e a sua proximidade à Corte. Existia, assim, um incentivo por parte da Coroa à continuidade destes homens, em parte porque ajudavam a promover e a reforçar a coesão de uma memória coletiva da qual eram fiéis depositários (Marques, 1988: 100). De facto, uma má escolha poderia acarretar consequências negativas e desnecessárias para o reino. Devido a isto, o agente diplomático deveria ser recrutado entre a elite da oficialidade Régia, respeitando uma série de fatores determinantes, visto que era “o próprio suporte internacional do poder do país que esta[va] em jogo” (Lopes, 2013: 671-672).

Contudo, e apesar do exposto, não se pode transmitir a noção anacrónica de que no Portugal quatrocentista um grupo que se identificava, somente, pela participação em missões diplomáticas. Porém, é do interesse do debate historiográfico efetuar estudos a respeito dos indivíduos que dão corpo às embaixadas, mas sempre com a devida atenção para não tornar esses protagonistas em membros de um grupo diplomático, claramente anacrónico para aquele tempo.

A este nível não podemos ignorar o eventual peso do fator financeiro, na medida em que alguns destes homens teriam que dispor de receitas próprias para subsidiar parcialmente as missões em que participavam. Este aspeto remete-nos para a questão dos marcadores de grosso trato que eram investidos na qualidade de diplomatas régios. Tratavam-se de indivíduos cujas disponibilidades monetárias contribuía, em grande medida, para o financiamento do circuito diplomático medieval, tal como Maria Lalanda apontou num estudo dedicado à “Política Externa de D. Afonso IV”, realçando, obviamente, que o peso destes homens do século XIV em nada se assemelhou ao grande dinamismo da centúria seguinte (Lalanda, 1989: 142).

Daqui se conclui que é extremamente complexo aplicar o conceito de diplomacia, na forma como hoje o concebemos, para a Idade Média sem recorrer a um anacronismo, dado que as personalidades envolvidas possuíam características que as diferenciavam.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

Todavia, havia também alguns pontos em comum; aspetos partilhados que, longe de permitirem generalizações, apenas possibilitam a confirmação da existência de elementos comuns: a formação académica, o conhecimento de línguas, as redes de contactos internacionais e a grande proximidade ao rei (o que fazia destes homens autênticos cortesãos).

Em trabalhos futuros, esperamos testar mais aprofundadamente estas ideias, desenvolvendo temáticas como a importância da rede familiar e dos exilados políticos no plano da diplomacia medieval; procurando, assim, consubstanciar exercícios de índole comparativa e teor prosopográfico, que ultrapassem a mera descrição das origens sociais ou formação académica dos envolvidos, e que permitam avanços heurísticos mais significativos.

### **Bibliografia:**

#### **Fontes manuscritas:**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*

Biblioteca Pública de Évora, *Fundo Manizola*

Bibliothèque National de France, *Mss Lat 6020*

#### **Fontes impressas:**

COSTA, Mário Júlio de Almeida [Ed.] (1984), *Ordenações Afonsinas*, Edição facsimilada da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792, 5 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DINIS, Dias [Ed.], (1960-1974), *Monumenta Henricina*, XV vols., Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

FARIA, Diogo (2015), “Carta de D. João II ao duque de Alba (1483)”, *Fragmenta Historica*, nº 3, pp. 81-82.

REGO, António da Silva [Org.] (1960-1977), *As Gavetas da Torre do Tombo* (1960-1977), Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

SANTARÉM, Visconde de (1842-1860), *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, vols., 1, 3, 9 e 14, Paris, J. P. Aillaud.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

### **Estudos:**

ARAÚJO, Julieta (2009), Portugal e Castela na Idade Média, Lisboa, Edições Colibri.

AUTRAND, Françoise (1969), “Office et officiers royaux en France sous Charles VI”, *Revue Historique*, 93<sup>e</sup> année, tome 242, pp. 285-338.

AUTRAND, Françoise (2002), “Ambassade”, in Claude Gauvard e Michel Zink (eds.), *Dictionnaire du Moyen Age*, Paris, Press Universitaires de France, pp. 48.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1986), “Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV: 1384-1388”, in *Actas das II Jornadas Luso Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, INIC, pp. 69-101.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1988), “O Tratado de Windsor de 1386 no conspecto das relações luso-inglesas”, in *Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*, Porto, Instituto de Estudos Ingleses da Faculdade de Letra da Universidade do Porto, pp. 213-219.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1989), “Um grande diplomata do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira”, *Anuário de Estudios Medievales*, nº 19, pp. 485-493.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1990), *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval: estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença.

BAQUERO MORENO, Humberto Carlos (1999), “Relações castelhano-portuguesas no século XV: os exilados políticos”, in *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, vol. 3, Madrid, pp. 93-103.

BARATA, Filipe Themudo (Ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, pp. 63-70.

BECEIRO PITA, Isabel (1994), “La tendencia a la especialización de funciones en los agentes diplomáticos entre Portugal y Aragón (1412-1465)”, in *El Poder Real en la Corona de Aragón. XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón. Vol. II. Zaragoza, Gobierno de Aragón*, pp. 441-455.

BECEIRO PITA, Isabel (1997), “La consolidación del personal diplomático entre Castilla y Portugal (1392-1455)”, in *III Jornadas Hispano-portuguesas de Historia Medieval. La Península Ibérica en la Era de los Descubrimientos (1391-1492). Vol. II. Sevilla, Consejería de Cultura. Junta de Andalucía*, pp. 1735-1744.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

BECEIRO PITA, Isabel (1999), “La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV)”, Anuario de Estudios Medievales, vol. 29, pp. 79-104.

BECEIRO PITA, Isabel (2009), “Embajadas, viajes y relaciones culturales en el mundo ibérico (1370-1460)”, in José Ignacio Iglesias Duarte (Coord.), Viajar en la Edad Media, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 193-228.

BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (2011), “Diplomatic Relations: Portugal and the Others”, in José Mattoso (Dir.), The Historiography of Medieval Portugal. C. 1950-2010, Lisboa, IEM, pp. 231-259.

CAETANO, Marcello (2000), História do Direito Português. Séculos XII-XVI. Seguida de subsídios para a História das fontes do Direito em Portugal no século XVI, Textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da Silva, 4ª Ed., Lisboa, Verbo.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula (2010), “La diplomacia Castellana durante el reinado de Juan II: la participación de los letrados de la chanciería real en las embajadas regias”, Anuario de Estudios Medievales, vol. 40, nº 2, pp. 691-722.

CUTTINO, George (1940), English Diplomatic Administration (1259-1339), London, Oxford University Press.

DIONISIO, João (2001-2002), “Literatura franciscana no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte”, Lusitânia Sacra, II série, nº 13-14, pp. 491-515.

DUARTE, Luís Miguel (1989), “Aspectos menos conhecidos das relações entre Portugal e a Inglaterra na segunda metade do século XV”, in Actas Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época, vol. 3, Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 551-561.

DUARTE, Luís Miguel (1996), “Leonel de Lima: o bando e o barco”, Revista Portuguesa de História, vol. 31, nº 1, pp. 371-392.

DUARTE, Luís Miguel (1999), “Órgãos e servidores do poder central: os ‘funcionários públicos’ de Quatrocentos”, in Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.), A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV), Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 133-150.

FARELO, Mário (2010), “La représentation de la couronne portugaise à Avignon et ses agents (1305-1377)”, Anuario de Estudios Medievales, vol. 40, nº 2, pp. 723-763.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

FARIA, Diogo (2013), A Chancelaria de D. Manuel I: contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais. Tese de Mestrado em «História Medieval e do Renascimento», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FONSECA, Luís Adão da (1986), O essencial sobre o Tratado de Windsor, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FREITAS, Judite de (1999), Teemos por bem e mandamos. A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos: 1439-1460, 3 vols. Tese de Doutoramento em «História», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Posteriormente publicada pela Editora Patrimónia, em 2001].

FREITAS, Judite de (2000), “A idade dos homens do poder: novos e velhos na burocracia de D. Afonso V (1439-1460)”, Revista Biblos, vol. 76, tomo 1, pp. 99- 117.

FREITAS, Judite de (2012), O Estado em Portugal: (séculos XII-XVI): modernidades medievais, Lisboa, Alêtheia.

GILLI, Patrick (2016), “Bernard de Rosier et les débuts de la réflexion théorique sur les missions d’ambassade”, in Stefano Andretta, Stéphane Péquignot et Jean-Claude Waquet (eds.), De l’ambassadeur. Les écrits relatifs à l’ambassadeur et à l’art de négocier du Moyen Âge au début du XIXe siècle, Publications de l’École française de Rome. Disponível em <http://books.openedition.org/efr/2907?lang=fr>.

GOMES, Rita Costa (2012), “Le conseil royal au Portugal (1400-1520)”, in Cédric Michon (Dir.), Conseils et Conseillers dans l’Europe de la Renaissance v.1450-v.1550, Rennes, Publications Universitaires de Rennes, pp. 147-174.

GUENÉE, Bernard (1981), L’Occident aux XIVe et XV<sup>e</sup> siècles les états, Paris, Presses Universitaires de France.

HESPANHA, António Manuel (1982), História das instituições: época medieval e moderna, Coimbra, Almedina.

HILL, Mary (1961), The King's Messengers. 1199-1377. A contribution to the History of the Household, Londres, E. Arnold.

HOMEM, Armando Luís de (1990), “Conselho Real ou Conselheiros do Rei. A propósito dos «privados» de D. João I”, Revista da Faculdade de Letras, História, II série, vol. IV, pp. 9-68.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1999), “Estado Moderno e Legislação Régia: Produção e Compilação Legislativa em Portugal (séculos XIII-XV)”, in Maria Helena da

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, n.º 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.), *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo- Medievalo (séculos XIII-XV)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 111-130.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2009), “Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa: (ca. 1279-ca. 1521)” *Medievalista online*, ano 5, n.º 6, 18 pp.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho (2015), “De João das Regras ao Conselho Régio: os legistas na afirmação da nova dinastia”, in *D'aquém, d'além e d'Ultramar: homenagem a António Dias Farinha*, vol. 2, Lisboa, Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, pp. 1061-1074.

LALANDA, M (1989), “A Política Externa de D. Afonso IV (1325-1357)”, *Arquipélago. História*. 1ª série,. Vol. 11,. Açores, pp.107-151.

LAZZARINI, Isabella (2015), *Communication and Conflict. Italian Diplomacy in the Early Renaissance, 1350- 1520*, Oxford, Oxford University Press.

LOWE, Kate (2007), “Representing Africa: Ambassadors and Princes from Christian African to Renaissance Italy and Portugal, 1402-1608”, *Transactions of The Royal Historical Society*, 6ª série, vol. XVII, pp. 101-129.

LOPES, Paulo (2013), *Um agente português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.

MAGALHÃES, José Calvet de (2005), *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo (2015), “A ação diplomática de Pedro Gonçalves de Malafaia na libertação do Infante D. Pedro de Aragão (1432): antecedentes e significados”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 46, pp. 83-96.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo (2017), *Os embaixadores portugueses nos reinos ibéricos (1431-1474). Um estudo sociodemográfico*, 2 vols, Tese de Doutoramento em «História», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1987), “Portugal na Crise dos séculos XIV e XV”, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Eds.), *Nova História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa.

MARQUES, José (1989), “Clérigos portugueses exilados e beneficiados em Castela Nova e na Andaluzia nos finais do século XIV”, *Revista e Ciências Históricas da Universidade Portucalense*, vol. 4, pp. 177-194.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

MENDONÇA, Manuela (1994), *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Colibri.

MIRANDA, Flávio (2012), *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, Tese de Doutoramento em «História», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane [dir.] (2017), *Diplomatie et «Relations Internationales» au Moyen Âge (IX<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Press Universitaires de France.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro (2010), “La Diplomacia durante el Antiguo Régimen. Perfil sociológico y trayectorias”, *Cuadernos de Historia Moderna*, vol. 30, pp. 7-40.

NOGALES RINCÓN, David (2012), “La cultura del pacto en las relaciones diplomáticas luso-castellanas durante el periodo Trastámara (1369-1504)”, *En la España medieval*, vol. 35, pp. 121-144.

OLIVERA SERRANO, Cesar (1995), “Servicio al rey y diplomacia castellana: Don Juan Manuel de Villena (1462)”. *Anuario de Estudios Medievales*, nº 25, pp. 463-488.

PARETO, Vilfredo (1974), *Le Sistemi Socialisti: a cura di Giovanni Busino*, Turim, UTET.

PÉQUIGNOT, Stéphane (2008), “Les instructions aux ambassadeurs des rois d’Aragon (XIII- XV siècles). Jalons pour l’histoire de la fabrique d’une parole royale efficace”, *Cahiers d’études hispaniques médiévales*, nº 31, pp. 17-43.

PÉQUIGNOT, Stéphane (2009), *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d’Aragon (1291-1327)*, Madrid, Bibliothèque de la Casa Velázquez.

PÉQUIGNOT, Stéphane (2011), “Les diplomaties occidentales, XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles, dans les relations diplomatiques au Moyen Âge”, *Formes et enjeux*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2011, p. 47-66.

QUELLER, Donald (1967), *The Office of Ambassador in the Middle Ages*, Nova Jersey, Princeton University Press.

RAMIREZ VAQUERO, Eloísa (2005), “Estrategias diplomáticas de rey de Navarra en el tránsito al siglo XV”, in *XXXI Semana de Estudios Medievales*, Pamplona, Gobierno de Navarra/Departamento de Cultura y Turismo/Institución Príncipe de Viana, pp. 373-422.

Duarte Maria de Monteiro de Babo Marinho – Os agentes diplomáticos da Baixa Idade Média Portuguesa (1431-1474): uma elite ao serviço da Coroa – História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 7, nº 2. 2017. 10-30 DOI:10.21747/0871164X/hist7\_2a2

RAMOS, Manuel (2006), *Orationes de Jean Jouffroy em favor do Infante D. Pedro (1449-1450). Retórica e Humanismo cívico*. Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAMOS, Manuel (2015), “O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado de Borgonha”, in *Revista da Faculdade de Letras — História*, IV série, vol. 5, pp. 23-36

SANTOS, Maria Alice Pereira dos (2015), *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*, Tese de Doutoramento em «História», Lisboa, Universidade Aberta.

SOUSA, Armindo de (1990), *As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490*, 2 vols., Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto.

SOUSA, Armindo de (1995), “1325-1480”, in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, vol.2, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 263-458.

TOVAR, Conde de (1990), *Estudos Históricos. Subsídios para a História Portuguesa*, vol. 3. Lisboa, Academia Portuguesa da História.

VAZ, Vasco Rodrigo dos Santos Machado (1995), *A boa memória do monarca. Os escritórios da Chancelaria de D. João I (1395-1433)*, 3 vols., Tese de Mestrado em «História Medieval», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

VENTURA, Leontina (1992), *Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 1. Tese de Doutoramento em «História Medieval», Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VIGIL MONTES, Néstor (2016), “João Afonso Esteves de Azambuja y Rui Lourenço, dos perfis de eclesiástico diferentes en los primeros compases de la construcción de las paces entre Portugal y Castilla (1389-1407)”, in Hermínia Vilar e Maria João Branco (Eds.), *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries*. Ed. Évora, CIDEHUS, pp. 129-146.

VILLANUEVA MORTE, Concepción (2015), “La correspondencia diplomática entre los embajadores del ducado de Milán y la corte de los reinos hispánicos en la segunda mitad del siglo XV”, in *Dossier la sociedad cortesana en la Península Ibérica (siglos XIV-XV): fuentes para su estudio*, Casa de Velasquez, pp. 143-166.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar (2010), “Eclesiásticos en la diplomacia castellana en el siglo XV”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 40, nº 2, pp. 791-819.